

Boscacci aceita mandato de 4 anos para Sarney

AGÊNCIA ESTADO

O general Edison Boscacci Guedes, que deixa hoje o Comando Militar do Sul, sendo substituído pelo general Clóvis Borges Azambuja em cerimônia a ser presidida em Porto Alegre pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, voltou a afirmar que deverá ser acatada a eventual decisão da Constituinte de fixar em quatro anos o mandato do presidente Sarney.

Ao participar das comemorações do Dia da Cavalaria, no final de semana, em Osório, a 100 quilômetros da capital gaúcha, Boscacci Guedes reiterou que os constituintes estão fazendo o melhor possível para elaborar uma Carta que atenda às aspirações nacionais. Por isso, não vê nenhum problema na convocação de eleições para presidente ainda este ano.

REUNIÃO

Em Brasília, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira

Lima, reafirmou posição favorável ao mandato de cinco anos para Sarney. A questão do mandato será um dos temas a serem discutidos amanhã pelos ministros militares em reunião no Ministério da Marinha. Deverão ser discutidos, além da questão do mandato, as greves, a URP e a possibilidade de aprovação, pela Constituinte, de medidas que promovam a reintegração de militares cassados e a concessão de anistia a ex-combatentes.

Moreira Lima disse que é inviável para as Forças Armadas aceitar emendas que propõem a reintegração dos cassados, a anistia para os atos administrativos ou atos praticados até a data da promulgação da nova Carta. Segundo um oficial do Exército, isso implicaria que fosse anistiado até mesmo o capitão Luiz Fernando de Almeida, que invadiu a prefeitura de Apucarana (PR) e ainda não foi julgado.

Embora já tenha sido aprovado um item que desagradou aos militares — a exigência de ordem judicial

para que se efetivem prisões — tanto Moreira Lima quanto os ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, não querem que o mesmo ocorra com outros dois assuntos das disposições transitórias: anistia e concessão de pensão aos ex-combatentes da II Guerra Mundial. Isso abre possibilidade para que a chamada "turma da praia", convocados que não combateram em 1944, recebam pensão do governo.

Moreira Lima admitiu que as greves são "um problema que preocupa a todos", mas disse que o papel das Forças Armadas nessa questão é apenas o de "manter a ordem".

Quanto à URP, tema diretamente ligado ao Estado-Maior das Forças Armadas, o ministro-chefe Paulo Camarinha afirmou que, como responsável pelo reajuste dos salários dos militares, pretende assinar a portaria restabelecendo a URP no dia 1º de junho.

Hage quer que Sarney fique até nova Carta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O mandato do presidente Sarney se extingue com a promulgação da Nova Constituição e o presidente da Câmara assumirá a Presidência da República com o objetivo de promover eleições diretas em 120 dias. A posse do futuro presidente eleito acontecerá 30 dias após as eleições. Esse é o teor da emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), apresentada ao artigo 1º das Disposições Transitórias, a primeira a ser votada, entre outras emendas que determinam a redução do mandato do presidente Sarney.

Autor da emenda que reduziu o mandato de Sarney na Comissão de Sistematização, Jorge Hage reconheceu que não será fácil restabelecer os quatro anos, em termos da maioria governista no plenário, mas espera conquistar o apoio de Ulysses Guimarães à sua proposta.

"O importante agora não é marcar a data das eleições presidenciais diretas, e sim acabar com o governo Sarney, cuja incompetência tem deixado o País em estado de crise permanente", explicou.